

Ditadura do Cruesp?

A última reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp ocorreu em 31/10, na Reitoria da Unesp, tendo como pauta os seguintes pontos: 1) Questão salarial; 2) Descriminalização dos movimentos sociais; 3) Políticas de permanência estudantil/gratuidade ativa; e 4) Democratização/Autonomia.

O presidente do Cruesp, professor Marcos Macari, abriu a reunião afirmando que, em relação à questão salarial, não havia mais o que discutir, pois o reajuste concedido em maio de 2008 cobrira a inflação desde a data-base passada e repunha parte das perdas relativas a períodos anteriores.

Em contrapartida, os representantes do Fórum das Seis argumentaram que a arrecadação do ICMS no Estado permitia atender à reivindicação da parcela fixa de R\$ 200 a ser incorporada aos salários (proporcional às jornadas de trabalho) e, além disso, um reajuste linear de 5,9%, para todos os docentes e funcionários técnico-administrativos, retroativo a maio de 2008, sem que o comprometimento médio com salários nas três universidades superasse 83%, ou 85% em qualquer uma delas, limite tradicionalmente defendido pelo Cruesp.

Várias intervenções, não contestadas pelos reitores, reafirmaram haver folga orça-

mentária semelhante à ocorrida em 2000: o comprometimento médio acumulado com salários nas três universidades até setembro de 2008 é de 78,61%, ou seja, nossos argumentos deixavam claro ser possível avançar em termos de recomposição salarial e de condições de trabalho nas universida-

des (leia quadro). Mas nada disso foi suficiente para sensibilizar os reitores.

Os representantes do Fórum mencionaram um conjunto de aspectos que têm causado irritação e dizem respeito à postura adotada pelo Cruesp nesse último período, que vão desde o “esqueçam o que escrevemos”, que signifi-

cou o descumprimento do reajuste salarial assumido no Comunicado Cruesp nº 3, de 6/6/07; a demora em responder ofícios, a não retomada das reuniões técnicas, o abandono do envio mensal de planilhas, a ausência de reuniões para que procedimentos nas três universidades sejam isonômicos, e agora, o

rompimento unilateral da negociação salarial.

Punições

Quanto à descriminalização dos movimentos sociais, o Fórum apresentou ao Cruesp sua discordância com a atual tendência de governos e instituições buscarem criminalizar toda e qualquer contestação social às suas iniciativas. Isso tem acontecido, inclusive, dentro das universidades, num primeiro momento tentando atingir estudantes e funcionários técnico-administrativos por meio da instalação de sindicâncias, aplicação de punições, abertura de processos administrativos, entre outros meios, o que é inaceitável.

A título de exemplo, citou-se a suspensão de dois funcionários, Claudionor Brandão e Luiz Cláudio (por 20

continua na p. 4...

O Fórum argumenta:

- 1) Desde 2006 o ICMS cresceu 30% a mais que nossos salários.
- 2) Nosso salário médio em 1989 era 35% acima do atual.
- 3) Há recursos para conceder um reajuste adicional de 10,4% retroativo a maio de 2008.
- 4) Com esse reajuste o comprometimento do repasse do ICMS para as universidades estaduais paulistas terminaria o ano de 2008 em cerca de 83%, significativamente abaixo da média de 87% (desde 1995).
- 5) O comprometimento do repasse do ICMS para as universidades estaduais paulistas está em 78,6%, o menor valor desde 1995.



Fórum: argumentos irrefutáveis

O Cruesp...

Não contesta os argumentos do Fórum.

Declara:

“Não trataremos de reajuste salarial antes da próxima data-base”.

E compromete-se:

Nova reunião com o Fórum das Seis ainda em novembro.

Na pauta: políticas de permanência estudantil na comissão de isonomia, Univesp e ensino à distância, projetos do governo na Alesp.



Reitores intransigentes: reajustes só em 2009...

Colega: você faz muita diferença na mesa com o Cruesp!

ASSEMBLÉIA DA ADUSP

13 de novembro (quinta-feira) às 17 horas, no Auditório da Geografia
Pauta: Reunião com o Cruesp * Ação do Gatilho * Ensino à distância

Ato em defesa do Andes-Sindicato Nacional

Daniel Garcia

“**E**xiste nesse momento um ataque muito grande a todas as instituições que propugnam os direitos coletivos, que propugnam os direitos sociais, e a todos aqueles que procuram se organizar coletivamente”. A manifestação do professor **Ciro Correia**, presidente do Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior, indica o contexto em que se deu a suspensão do registro da entidade pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), um dos fatos que ensejaram o ato público que se realizou na FFLCH-USP na manhã de 4/11. Entidades, professores, estudantes e funcionários reuniram-se em apoio à luta do Andes-Sindicato Nacional pela retomada de seu registro.

Os representantes da Conlutas e da Conlute, presentes à mesa, manifestaram-se em apoio ao Sindicato Nacional. Para **Dirceu Travesso**, que falou em nome da Conlutas, “o ataque ao Andes é o ataque ao conjunto da classe trabalhadora”. A suspensão do registro sindical, disse, está ligada ao papel do Andes na discussão de um projeto de universidade pública que vai contra os interesses do capital. A representante da Conlute reforçou: “O significado desse ataque tem a ver com o peso e com a postura decisiva que tem o Andes no combate ao projeto neoliberal e na elaboração de um outro projeto de educação”.

O professor **Fábio Konder** Comparato, da Faculdade de Direito da USP, propôs uma reflexão histórica sobre as razões da política estatal atentatória à liberdade de organização sindical, que se expressa na suspensão do registro do Andes: “A primeira coisa a reconhecer é que nós somos brasileiros e temos um passa-

do que torna muito difícil o associativismo, a ação coletiva. Toda a nossa história foi marcada pela oligarquia”.

Segundo o professor, obter de um chefe de Estado brasileiro, seja ele quem for, uma posição a favor da liberdade sindical é impossível, visto que econômica e politicamente ele está ao lado da oligarquia. “Temos uma Constituição cidadã, mas quando chega no ponto sindical há sempre uns tropeços”, ironizou.

A Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante liberdades sindicais data de 1948, vigora desde 1950, mas até hoje não foi ratificada pelo Brasil, lembra ele: “Quando o poder econômico se une ao poder político é muito difícil vencer. Quase impossível”. Diante de tal situação, pensa Comparato, faz-se necessário lutar com ferramentas jurídicas, até mesmo denunciando o Estado à OIT.

Histórico de lutas

Ao intervir no debate, o professor **Ciro** confirmou a interpretação de Comparato: “O ataque que o Andes está sofrendo é paradigmático de como o Estado atua no sentido de procurar destruir uma organização que não se conforma aos ensejos, aos desejos, às propostas do Estado. E isso afeta o Andes-Sindicato Nacional diretamente por sua trajetória e pela penetração que ele tem na sociedade ao criticar, contestar e se contrapor de forma contundente, fundamentada e explícita a muitas políticas governamentais”.

O presidente do Sindicato Nacional retomou o histórico da constituição do Andes e dos conflitos com as políticas de Estado contra a liberdade de associação sindical – assegurada pela Constituição Federal de 1988. O Andes nasceu no bojo da luta

pelo direito de organização dos funcionários públicos e se opõe, desde então, ao princípio de unicidade sindical, destacou o professor.

Tal princípio, segundo ele, foi inscrito na Constituição por forças conservadoras que eram contrárias à liberdade de organização sindical: “Na hora em que, para cada setor, tem que haver apenas um sindicato, vai ser o Estado quem vai chancelar, ou não, qual é o sindicato que oficialmente vai ter a representação de um determinado setor. Nós somos a favor de que os sindicatos possam se constituir e que disputem no campo da ação política a sua legitimidade”.

Daquele momento em diante, o MTE começou a formular normatizações para credenciar entidades sindicais, em contrariedade ao princípio da liberdade de organização sindical. “Na época, foi uma estratégia tímida”, explica. A portaria normatizadora dizia apenas que as organizações constituídas depois de 1988 poderiam depositar seus atos constitutivos no Ministério. “Ou seja”, continua o presidente do Andes, “o Ministério queria saber quais eram os sindicatos que se constituíram. E o Andes e outras entidades sindicais atenderam a essa portaria, colocando à disposição do Ministério o seu registro em cartório”.

Interferência

Ciro identifica uma estratégia do Estado para o controle do movimento sindical e



Professores **Ciro Correia (no alto) e **Fábio Konder** (no destaque)**

contra sindicatos independentes como o Andes. Nesse contexto, entidades próximas ao go-

verno começaram a questionar judicialmente o registro do Andes em cartório e o registro no MTE. “Em 1995, a burocracia do MTE já tinha ido muito além do ato e do fato de pedir que as entidades sindicais colocassem à disposição seus documentos. O MTE já tinha criado um cadastro nacional de entidades sindicais e o sindicato estar ou não estar inscrito nesse cadastro é que passou a dizer para o Ministério e para o Judiciário se a entidade representava ou não os trabalhadores”, relata. “Infelizmente, a sociedade não se deu conta desse processo e agora a gente está vivendo o ápice dessa interferência indevida”.

Esses questionamentos transitaram em julgado, mas, ainda assim, o MTE “tomou a liberdade de não inscrever o Andes como entidade sindical”, conta **Ciro**. Comunicou-se política e juridicamente o fato ao Ministério da Justiça e por oito anos o

Sindicato Nacional aguardou a publicação das decisões do Supremo Tribunal Federal — o que ocorreu em agosto de 2003. “Mas por um ato administrativo sem nenhuma fundamentação jurídica, o que é ilegal, porque é inconstitucional, no dia 4 de dezembro o mesmo MTE suspendeu o registro sindical do Andes”.

“Por que é importante suspender e manter suspenso o registro do Andes? Porque nessa estrutura cartorial de interferência do Estado, onde você tira arbitrariamente a legalidade de uma entidade combativa, eventualmente você fomenta a criação de uma outra, mais próxima do governo, a quem você dá a chancela oficial”. Aqui o presidente do Andes faz referência à criação do Proifes, “uma entidade chapabranda, pelega, próxima ao governo” e que foi instituída como sindicato de forma ilegítima (*Informativo Adusp* 267).

Também estiveram presentes ao ato representantes do Fórum das Seis, DCE da Unesp, Adunifesp, Adunimesp, Cefisma, Fenasps, MTL e MTST. O professor **Aziz Ab’Saber** e **Plínio de Arruda Sampaio** justificaram a ausência, enviando votos de solidariedade à luta do Andes-SN.

Reitoria prometeu não punir, mas agora descumpre acordo

Daniel Garcia

Em sequência ao debate na FFLCH, realizou-se à tarde um ato em frente à Reitoria da USP com a finalidade de protestar contra a criminalização dos movimentos sociais. As perseguições perpetradas pela Reitoria contra estudantes e sindicalistas representam, segundo alguns oradores, um descumprimento do acordo que levou ao fim da ocupação realizada em 2007.

Os governos estadual e federal foram duramente criticados. “Querem liquidar e neutralizar o movimento sindical combativo e tentam impor um sindicalismo pelego”, declarou Claudionor Brandão, diretor do Sintusp, que recentemente sofreu suspensão de 20 dias, por sua participação em episódio ocorrido em 2006 (Informativo Adusp 270). Acusado pela Reitoria de usar a liberação sindical para cuidar de “interesses estranhos” à categoria, Brandão comentou que se trata de uma inaceitável tentativa de ingerência no movimento sindical, pois cabe aos trabalhadores “decidir a quem devem apoiar”.

O professor Luiz Martins, da ECA, lembrou, que pouco mais de um ano antes, “escreveu-se, nesta ‘Praça da Barricada’, uma das páginas mais importantes da história desta Universidade, com a ocupação da Reitoria da USP”. Para ele, os 50 dias de ocupação e resistência impuseram a “primeira grande derrota do governo Serra”, com a demissão do secretário Pinotti e a revisão dos decretos. “As punições rompem com o acordo firmado pela Reitoria em junho de 2007, do qual fui testemunha direta”, afirmou o professor, que integrou a comissão encarregada de mediar o conflito.

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) declarou que o governo Serra vem recorrendo à infame “Lei da Mordaga” (lei estadual

10.261, artigo 242, inciso I), de 1968 mas ainda em vigor, que proíbe os servidores públicos de se manifestarem sobre condições de trabalho, para intimidar e até exonerar funcionários. “Há um movimento na Assembleia Legislativa para revogar esta lei”, informou Giannazi.

Crise

Para o professor José Zago, dirigente do Andes, está em curso no país um processo de instrumentalização da pobreza (programas como Bolsa-Família), cooptação de sindicalistas e criminalização dos movimentos sociais. “O movimento de criminalização é preventivo, para tentar desorganizar a classe trabalhadora. O ataque vai se aprofundar, porque a crise vai exigir”, completou Zago.

O professor Edmundo Dias, diretor da Adunicamp, observou que a derrota do governo Serra, em 2007, foi parcial: “A Secretaria do Ensino Superior continua aí, com a Univesp, uma espécie de videogame intelectual”.

O professor Chico de Oliveira, da FFLCH, destacou a importância da USP: “Esta universidade, todas as universidades públicas brasileiras, são uma surpresa na história deste país. É nossa obrigação aprofundar estas conquistas e não recuar um passo”. Concordeu que a Reitoria descumpriu o acordo que garantiu a desocupação. Ele também criticou o governo federal pela tentativa de fragmentar a base do Andes: “Precisamos lembrar ao sr. Luis Inácio Lula da Silva que, quando a Ditadura tentou dividir o movimento sindical, toda a sociedade organizada e democrática colocou-se ao lado dos sindicatos”.

“O governo estadual certamente aprendeu com sua derrota”, disse o professor João Chaves Jr., representante da Adunesp. Para ele, após o re-

vés inicial Serra reagiu, procurando cooptar as reitorias e conselhos universitários. O professor denunciou a “intromissão do governo e o cerceamento da autonomia das universidades, como é caso da imposição, que está sendo aceita de maneira absolutamente servil pelas universidades, dos cursos de formação inicial de professores ministrados à distância” (vide *Informativo Adusp* 270).

Retrocesso

O professor Américo Kerr (IF), representando a Adusp, criticou a incoerência das reitorias ao perseguir lideranças sindicais e estudantis: “Os dirigentes da universidade, na hora em que querem impor uma disciplina aos movimentos localizados dentro da universidade, não se apercebem de que na verdade estão atacando a capacidade de defesa da universidade pública, gratuita e democrática”.

Não fossem os movimentos em 2007, explicou, “os reitores teriam que pedir licença ao governador para movimentar dinheiro de qualquer alínea para outra; teriam que devolver dinheiro no final do ano; e perder a parcela de sobra no ano seguinte, que é o que ocorre hoje nas universidades federais”. A luta barrou este retrocesso e demonstrou ser fundamental, frisou.

“As punições da Reitoria são o outro lado da moeda do ataque do governo Lula ao Andes”, afirmou Dirceu Travesso. Para ele, o que está em jogo é a concepção de universidade. “Qual é a universidade que queremos? A das fundações? A da Monsanto? Ou a que faz pesquisa para os trabalhadores?”.



Professor Chico de Oliveira

CONVITE 1968 em Ribeirão Preto e no Campus da USP

Debate: dia 27 de novembro
de 2008 às 19 horas
Local: Anfiteatro da Bioquímica
da FMRP-USP

Debatedores:
Áurea Moretti Pires
Antonio Waldo Zuardi
Joaquim Alves de Rezende
Vanderlei Caixe
Wagner Ferraresi De Giovani

Na ocasião, será realizada uma
homenagem in memoriam ao
Professor Hélio Lourenço de Oliveira

Exposição Fotográfica
de 24 a 28 de novembro de 2008
Local: Saguão de Entrada
do Prédio Central - FMRP/USP

Participe debatendo com os colegas
que vivenciaram esse período de nossa história!

Promoção e informações:
Associação dos Docentes da USP – Ribeirão Preto
Fones: (16) 3602 3520 ou 3633 7878
e-mail: regional@rp.adusp.org.br

Ainda as listas do Gatilho...

A entrega ao juiz em 20/10/2008, por parte da USP, da lista de beneficiários representou um avanço no processo, mas muitas inconsistências ainda permanecem e os passos subsequentes não estão sendo dados com a precisão e rapidez que o processo exige. Confrontando essa lista com a de litispendências, observamos que cerca de quarenta nomes aparecem em ambas as listagens, uma flagrante incoerência. Ademais, o acordo com a Reitoria previa que, logo após o envio da lista de beneficiários, receberíamos as diversas listagens

de exclusão, com as respectivas motivações.

No entanto, após quase três semanas, não recebemos todas essas listas e, por isto, há cerca de 800 nomes constantes da petição inicial excluídos da lista enviada ao juiz, sem a devida justificativa. Mesmo no caso da lista de litispendência, somente em 07/11/2008 a Reitoria encaminhou nova lista, desta vez com número funcional, dado indispensável para evitar enganos com homônimos ou com diferentes grafias de um mesmo nome.

Há também os casos dos erros materiais que, embora identificados, ainda não

foram corrigidos. Em janeiro deste ano, a Reitoria encaminhou à Adusp um CD em que relacionava como apostiláveis, por preencherem as condições da sentença, cerca de 500 docentes. Destes, aproximadamente sessenta não fazem parte da petição inicial, constituindo, portanto, erro material; e deveriam agora ser incluídos na lista de beneficiários, salvo se constarem da lista de litispendências. Não houve, porém, essa inclusão e esperamos que ela ocorra em breve.

Na página da Adusp na internet atualizamos as informações a respeito da Ação

do Gatilho, incluindo as listas de exclusão recebidas. Se você constatar alguma falha com relação a seu enquadramento, comunique à Adusp, mas lembre-se: quem fez as listas foi a USP, que é inteiramente responsável por elas. A nossa atuação será, como tem sido, no sentido de contribuir para a correção das falhas existentes.

A Adusp deverá publicar futuramente um jornal com todas as informações da Ação do Gatilho, possibilitando aos interessados verificar sua condição e, eventualmente, apresentar documentos que permitam reverter

classificações incorretas. Para que a publicação possa surtir o efeito desejado, é importante dispor de todas as listas de exclusão. Além das listas, estamos aguardando que a Reitoria nos envie um conjunto de etiquetas com os endereços disponíveis de todos os envolvidos nessa ação.

Esperamos para esta semana uma nova reunião com a presença da Reitora e/ou do Vice-Reitor, a fim de resolver os problemas da lista de beneficiários e discutir as próximas etapas, incluindo aí as questões relativas ao pagamento devido.

Continuação da matéria de capa...

e 15 dias, respectivamente) que, cumprindo decisão do Conselho de Base do Sintusp (CDB, instância correspondente ao Conselho de Representantes da Adusp), se solidarizavam com trabalhadores terceirizados na USP em protesto por atraso de salários pela firma contratada.

A professora Suely Vilela solicitou que fossem apresentadas provas concretas de perseguição e repressão política por parte da Reitoria, no que foi prontamente atendida pelo Fórum, que citou a acusação formal contida no relatório da comissão encarregada de verificar o ocorrido: participarem de “manifestação em frente ao prédio da Reitoria em defesa de funcionários estranhos à Universidade”.

Essa acusação é, de fato, exemplar e emblemática; exemplar porque tenta imputar sanção modelar a quem supostamente afronta a autoridade; emblemática, porque após terceirizar várias funções exercidas na universidade, em geral

ocupações operacionais mais simples, a administração “lava as mãos” no que se refere ao tratamento dispensado aos trabalhadores terceirizados pelas firmas encarregadas de fornecer “mão-de-obra barata, estranha à USP”.

Permanência

Quanto ao terceiro ponto de pauta, “Políticas de permanência estudantil/gratuidade ativa”, o Cruesp repetiu o discurso da penúltima reunião (julho de 2008), afirmando que as três universidades estavam destinando mais recursos do que haviam se comprometido, discurso esse mais enfático por parte da USP e da Unicamp.

O Fórum das Seis, em especial os representantes dos estudantes das duas instituições citadas, reafirmou a prevalência de situação precária de permanência estudantil nas universidades, que inclui desde os problemas referentes à insuficiência de infraestrutura física (por exem-

plo: “bandejão”, transporte, moradia, segurança) até a inadequação de condições educacionais, como bibliotecas e laboratórios — bem equipados e mantidos — nos diversos campi.

Ademais, o Fórum questionou a ausência de um demonstrativo específico dessas despesas nas peças de planejamento e de prestação de contas das universidades, como chegou a ser discutido na comissão de isonomia, para que haja efetivo acompanhamento e controle social no que se refere a esses quesitos essenciais para a permanência estudantil nas universidades estaduais paulistas. Questionou-se, ainda, a continuidade de classificações indevidas de certos gastos como se fossem assistência estudantil (como bolsas de iniciação científica, Cepeusp etc.).

Tempo esgotado

Quando se chegou ao quarto item de pauta, democratização e autonomia, que incluiria a discussão so-

bre o ensino à distância (Univesp e cursos de graduação e pós-graduação com envolvimento das universidades estaduais paulistas) e os esclarecimentos acerca de três projetos de leis complementares, números 47, 48 e 49, que tratam da criação de empregos públicos na USP e na Unesp, todos de 2008 e em tramitação na Assembléia Legislativa, o tempo estipulado pelo Cruesp havia se esgotado.

Contudo, o Fórum externou sua compreensão dessas duas questões: 1) indignação diante da forma como se soube — pela “grande imprensa” e pelo Diário Oficial (18/10/08) — do acordo entre o governo do Estado e as três universidades para a oferta de cursos de graduação (5.000 vagas em Pedagogia na Unesp; e 700 em Biologia e 900 em Ciências na USP) e de extensão em nível de pós-graduação, com início previsto já para 2009, desrespeitando totalmente as ins-

tâncias regulares dos órgãos colegiados das universidades; e 2) ausência de publicação das justificativas daqueles três PLC, cuja tramitação legislativa está em regime de urgência e tem como substrato apenas a palavra da autoridade constituída, o que, mesmo sem entrar no mérito dos projetos citados, cumpre um dever à sociedade. O Cruesp se comprometeu a agendar uma reunião ainda em novembro para tratar especificamente dessas questões (insistimos para que ocorra ainda na primeira quinzena).

O Fórum das Seis apresentou muitos argumentos — que os Reitores não refutaram — de que é viável conceder reajustes significativos face à evolução do ICMS. Nosso objetivo era (e é) a negociação, a argumentação racional, própria do trabalho acadêmico. A resposta do Cruesp é instrutiva: Vocês têm razão, mesmo assim não haverá reajuste!